

Moção

Os trabalhadores, força motriz do país, merecem o reconhecimento efectivo do seu papel imprescindível para o desenvolvimento de Portugal

Tendo presente que:

Hoje assume uma ainda maior importância a defesa dos direitos dos trabalhadores, quando todos os dias nos confrontamos com notícias em que se põe a nu o aproveitamento da actual epidemia para agravar a exploração, condicionar os salários, liberalizar de facto os horários, promover os despedimentos, degradar as condições de trabalho, limitar os direitos de organização e acção sindical, agravando brutalmente a situação dos trabalhadores portugueses, comprometendo assim o futuro do País;

Não pode deixar de ser rejeitado com firmeza o propósito de aproveitamento da epidemia para devastar as condições de vida dos trabalhadores e arrasar os direitos sindicais e políticos, essenciais em democracia, para resistir e garantir um futuro digno para os trabalhadores, o povo e o País.

Num País com salários baixos, em que centenas de milhares de trabalhadores recebem no fim do mês um salário que não dá para saírem da pobreza, os grandes grupos económicos e as confederações patronais, estão a acentuar a chantagem para impedir aumentos salariais, para impedir o aumento do Salário Mínimo Nacional, pretendendo, numa situação de recessão económica limitar os salários, tendo como uma das consequências o aprofundamento da recessão, o aumento do desemprego, comprometendo o futuro do País.

O que o País precisa na actual situação é do reconhecimento efectivo dos trabalhadores, procedendo ao aumento geral dos seus salários para todos os trabalhadores do sector privado, do sector público e da Administração Pública e do aumento do Salário Mínimo Nacional para os 850 euros, e da valorização das profissões e das carreiras. Não pode continuar a situação em que se pretende negar um aumento de 90 euros aos trabalhadores ao mesmo tempo que a riqueza por eles produzida é canalizada aos milhões para os lucros dos grupos económicos, para a especulação financeira. Não pode continuar a situação em que congelando e travando o aumento dos salários se está a sacrificar o presente e o futuro do País.

Este é o caminho necessário para fixar as gerações mais jovens, dando-lhes um futuro de realização profissional e pessoal. Com a criação de emprego e

assegurando o desenvolvimento. Combatendo a pobreza, as injustiças e as gritantes desigualdades sociais.

Numa situação em que o desenvolvimento científico e tecnológico permite produzir muito mais em menos tempo, quando se impõe a redução do horário de trabalho e a garantir a sua regulação, os grandes grupos económicos e as confederações patronais, no incessante processo de agravamento da exploração dos trabalhadores, instigam o medo e aproveitam sem qualquer pudor a instabilidade provocada pela epidemia, procedem mesmo à tentativa de aumentar os horários de trabalho e desregulá-los, o que terá como consequência mais desemprego.

A generalização da laboração contínua e do trabalho por turnos, a flexibilidade de horários e os bancos de horas, que atingem mais graves proporções com o recurso ao simulacro de consultas e referendos, a galopante arbitrariedade de fixação e prolongamento de horários, está a criar uma situação insustentável na vida de centenas de milhar de trabalhadores, fragilizando a vida pessoal e familiar, o apoio aos filhos e pondo em causa a saúde dos trabalhadores.

O recurso ao teletrabalho de forma generalizada e não respeitando direitos é outro problema sensível.

O que o País precisa na actual situação é a redução do horário de trabalho para o limite máximo das 35 horas semanais, seja aos trabalhadores da Administração Pública que ainda não o têm, seja na redução dos horários de trabalho para as 35 horas semanais, sem perda de remuneração nem de outros direitos, no sector privado.

É necessário o combate à desregulação do horário de trabalho, a prevenção, protecção e reparação dos trabalhadores face à laboração contínua, a clarificação do conceito de trabalho nocturno, suas regras e valor mínimo de subsídio.

Assim, o Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa delibere na sua reunião de 24 de Novembro de 2020, instar o governo no sentido de que:

1. A situação actual exige a defesa e valorização dos direitos dos trabalhadores em todos os seus aspectos, no respeito dos princípios e do espírito da Constituição da República Portuguesa;
2. É necessário associar o aumento geral de salários para todos os trabalhadores, ao combate à desregulação dos horários de trabalho e a sua redução para as 35 horas semanais, ao combate à precariedade aplicando o princípio de que a um posto de trabalho permanente corresponde um contrato de trabalho efectivo;

3. É necessária a criação e aplicação de condições de trabalho dignas, em que se incluem aspectos como efectivação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco, a garantia dos direitos incluindo o de acção sindical, manifestação e greve;
4. É premente a necessidade da revogação das normas gravosas da legislação laboral, nomeadamente a eliminação da caducidade das convenções colectivas e a reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador.

Pelo Grupo Municipal do PCP

A Deputada Municipal

- Natacha Amaro -